

# Medidas emergenciais para salvar vidas e economia nacional

Arquivo pessoal



Nilson Araújo de Souza

A crise que atravessa o Brasil é parte da crise mundial, tanto a econômica quanto a social e a sanitária, ainda que tenha suas particularidades. Como no resto do mundo, o país já vivia uma crise econômica e social, mas a chegada da pandemia, ao incorporar o aspecto sanitário, precipitou a economia no abismo. A economia brasileira, que já se arrastava numa crise havia seis anos, desde abril de 2014, com três anos de recessão (com queda de mais de 7% na produção) e outros três de estagnação (com “crescimento” de pouco mais de 1% ao ano), ameaçava entrar em recessão antes da pandemia, desmentindo as promessas do ministro da Economia de que estava se recuperando. Os primeiros indícios começaram a aparecer no final de 2019.

A produção industrial caiu 1,7% em novembro e 0,7% em dezembro. Segundo o IPEA, as compras industriais despencaram 4,9% em dezembro em relação a novembro. Até o setor de serviços, que, por conta das compras natalinas, costuma melhorar no final do ano, caiu no último bimestre do ano. Dentro dele, o mesmo ocorreu com as vendas no varejo. As vendas do comércio varejista ampliado (que inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção) caíram 0,8% em dezembro em relação a novembro de 2019. Já haviam caído em novembro.

E, para agravar a situação, despencaram os investimentos no último trimestre do ano: indicando isso, o consumo aparente de máquinas e equipamentos, que é a produção nacional menos exportações mais importações, desabou 9,2% em relação ao trimestre anterior. E, assim, a formação bruta de capital fixo caiu 2,7% no último trimestre do ano, comparado ao trimestre anterior (dessazonalizada), acelerando a queda da taxa de investimento. Segundo o Monitor do PIB da FGV, a taxa de investimento (FBCF/PIB) foi de apenas 15,3% em 2019, a menor taxa em 50 anos, segundo o economista da FGV Marcel Balassiano. Queda do investimento se traduz, na certa, em queda da produção. Esse quadro de deterioração econômica persistiu no primeiro trimestre deste ano. Apresento apenas um dado que sintetiza essa situação: segundo o IBGE, o PIB caiu 1,5%. Regis-

tre-se que os efeitos econômicos da pandemia só se manifestaram a partir da segunda quinzena de março (a primeira morte ocorreu em 17 de março).

Foi a queda do investimento público que puxou o investimento total para baixo. E por que isso? Porque o governo, que poderia usar a economia feita com a redução dos juros para ajudar a alavancar o investimento total a partir do aumento do investimento público, ao contrário, derrubou seu investimento, que já vinha caindo desde 2014 (quando atingiu R\$ 103,2 bilhões). O investimento da União caiu de R\$ 55,2 bilhões em 2018 para R\$ 22,7 bilhões em 2019 – um tombo de 59%. Quanto aos investimentos das estatais, segundo portaria publicada pelo Ministério da Economia no dia 28 de janeiro deste ano, desabaram 31,3% de 2018 para 2019, apesar de seu lucro haver aumentado 70% até setembro do ano, atingindo R\$ 85,2 bilhões (segundo Boletim das Estatais Federais). E, para piorar, a previsão orçamentária aprovada pelo Congresso para 2020 estabeleceu um investimento da administração direta em ínfimos R\$ 22,4 bilhões (na proposta inicial de Guedes, não passava de R\$ 19 bilhões), menor do que o executado em 2019 (tão somente R\$ 22,7 bilhões). E, como sabemos, a execução orçamentária é sempre inferior ao orçamento aprovado. Como já disse, sem investimento público, o investimento privado não se arrisca.

Com a economia já vulnerável e tendendo para nova recessão, o impacto da pandemia da Covid-19 provocou o seu desabamento. Até a data em que escrevo estas linhas (16 de junho de 2020), o vírus já havia ceifado a vida de 45.456 pessoas e infectado 928.834, conforme levantamento realizado pelo consórcio da imprensa (depois que o governo resolveu esconder os dados). O Brasil já é o segundo país em número total de casos, disputa com os EUA o primeiro lugar em novos casos diários e é campeão mundial em número de novos óbitos diários. Quanto ao impacto na economia, vejamos o comportamento da indústria: a queda acumulada da produção industrial em março e abril foi de 26,1% (-9,1% em março e -18,8% em abril). Foi a maior queda desde o início da série histórica em 2002. Em abril, houve setores industriais que literalmente paralisaram. O setor de bens duráveis despencou 79,6%, sendo que, dentro dele, a produção de veículos automotores desabou 88,5%, segundo dados do IBGE. Nesse mesmo mês, as vendas do comércio varejista desabaram 16,8% e a arrecadação federal mais anda: 28,91%.

Uma das primeiras reações do presidente Bolsonaro diante da crise foi dizer que não havia pandemia alguma. Era uma “gripezinha”. Tudo não passava de uma fantasia que estaria criando um clima de histeria. E inaugurou, a partir do fatídico domingo, 15 de março, uma atitude que se repetiria dali em diante: desceu a rampa do Palácio para se misturar com seus apoiadores e passou a estimular suas aglomerações. Ou seja, uma atitude de total irresponsabilidade, inclusive passando por cima da orientação do seu próprio ministro da Saúde da época, de que se devia praticar a quarentena e evitar aglomerações. Veremos adiante que isso tem um propósito.

Essa atitude se reproduziu na adoção das primeiras medidas econômicas, anunciadas no dia 16 de março pelo ministro da Economia, para enfrentar o impacto econômico-social da pandemia. Acho que não passaram de uma *fake news*. Por duas razões. Primeiro, em lugar de enfrentar diretamente o problema da queda da produção e do impacto da pandemia na vida das pessoas, o ministro Guedes insistiu que se deveria resolver o problema realizando as chamadas reformas, quando até os principais economistas de extração neoliberal já estavam dizendo que, para enfrentar a crise, seriam necessárias medidas de outro tipo, particularmente o investimento público, e que as reformas deveriam ser suspensas. Já foram realizadas duas “reformas” importantes, na verdade contrarreformas, a da Previdência e a trabalhista e, apesar das promessas de que a economia voltaria a crescer, ao contrário, desacelerou e persistia a crise, mesmo antes da pandemia.

De outro lado, o pacote que anunciou então, de R\$ 147,3 bilhões, era outra *fake news*. Não entrou dinheiro novo algum. Havia a antecipação de pagamentos para os setores mais vulneráveis em função do vírus, que era basicamente a antecipação do 13º para os aposentados do INSS para abril e maio e antecipação do abono salarial (R\$ 58,8 bilhões). Somando isso com os valores não sacados do PIS/Pasep e mais algumas coisas menores, daria um valor de R\$ 83,4 bilhões. Não se tratava de dinheiro novo. Foi apenas antecipação de pagamentos que iam ser feitos depois. Até aliviou a situação momentânea, mas um alívio muito superficial. Não resolveu nada. Além de não ser dinheiro novo, foi uma quantia irrisória. Se for somar o conjunto do pacote de R\$ 147,3 bilhões, representou pouco mais de 2% do PIB. Se fosse dinheiro novo, até que ajudaria alguma coisa, mas não era. Foi apenas antecipação.

---

A ECONOMIA BRASILEIRA, QUE JÁ SE ARRASTAVA  
NUMA CRISE HAVIA SEIS ANOS, AMEAÇAVA ENTRAR  
EM RECESSÃO ANTES DA PANDEMIA.

---

E a outra parte, no valor de R\$ 59,4 bilhões, foi apenas a postergação do pagamento de impostos. Adiamento por três meses do pagamento do FGTS e do Simples Nacional da União, além de outras coisas menores. Em resumo, antecipação do 13º dos aposentados e abono salarial e a postergação de alguns impostos. Isso mitigou o grave problema que vivem nossos idosos, agravado pela pandemia do vírus. Foi justo fazer isso, mas tem um efeito irrisório e limitado no tempo. Não podia resolver o problema do impacto da crise provocado na economia pela chegada do vírus e nem resolver o problema dos idosos e dos demais setores mais vulneráveis da população. Isso não dava conta da gravidade do problema. O problema, como falei, já existia antes, e colapsou com o coronavírus.

O presidente Jair *fake news* Bolsonaro, além de não adotar as medidas para enfrentar o impacto da pandemia, simultaneamente, sobre a saúde e a vida das pessoas e sobre a economia, passou a torpedear as medidas sanitárias recomendadas pela OMS e adotadas por seu próprio ministro da Saúde de então, (particularmente evitar aglomerações e praticar a quarentena) sob a alegação de que prejudicavam a economia e, conseqüentemente, o emprego. Imaginem só Bolsonaro defendendo o emprego do trabalhador brasileiro. Na verdade, não existe contradição alguma entre salvar vidas e salvar a economia. Basta pagar as pessoas para ficarem em casa e pagar as empresas, sobretudo as micros, pequenas e médias, para não quebrarem. Ou seja, a injeção de dinheiro para garantir que as pessoas fiquem em casa – salvar vidas – e para evitar que as empresas quebrem é o mecanismo que, simultaneamente, mantém a economia minimamente funcionando e preparada para retomar o crescimento tão logo passe o efeito da pandemia.

Para garantir isso, urgia, desde o início, adotar um programa econômico emergencial, como fez a maioria dos países. A primeira medida emergencial seria a criação de uma renda emergencial básica para a população mais vulnerável (trabalhadores desempregados, desalentados, subempregados e informais), que, de acordo com levantamento do IBGE, soma cerca de 69 milhões de possíveis beneficiários. O DIEESE estimou 67 milhões. Somando os filhos, atingiriam 120 milhões de pessoas. Com muito atraso, o governo enviou para o congresso uma medida provisória que garantia apenas R\$ 200 por beneficiário. Depois de muita articulação e pressão, o Congresso aprovou, para vigorar por três meses, com a possibilidade de ser estendida por igual período, uma renda básica emergencial de R\$ 600 por beneficiário, podendo atender até duas pessoas por fa-

mília e R\$ 1.200 por mãe chefe de família. Mesmo depois da aprovação, o governo seguiu procrastinando e, além disso, dada a rigidez dos critérios adotados, só considerou “elegíveis” 59 milhões de pessoas. Dado o andamento da crise, essa renda básica, sem baixar o valor, como ameaça o governo (para R\$ 300), deveria se estender até o final do ano, que é quando se encerra a Lei de Calamidade Pública. Além disso, para evitar que o governo, buscando economizar em cima da miséria do povo, deixe de selecionar potenciais beneficiários, o Congresso deveria acompanhar a seleção dos “elegíveis”.

Outra situação que também deveria ter sido enfrentada desde o início é a dos trabalhadores com carteira assinada, considerando a ameaça de perderem o emprego devido à paralisação da economia. Ao total, são 35,9 milhões de trabalhadores em empresas nessa situação, sendo 25 milhões em micros, pequena e média empresas – portanto, mais vulneráveis. A primeira atitude adotada pelo governo, neste caso, foi enviar uma medida provisória para o Congresso permitindo a suspensão do contrato e a redução de jornada e de salário, sem oferecer qualquer contrapartida aos trabalhadores. Depois de muita pressão, o governo retirou essa medida provisória e encaminhou uma outra, a de número 936, que oferecia aos trabalhadores que tivessem seus contratos suspensos uma renda que, somadas a parte desembolsada pela empresa com a parte aportada pelo FGTS, alcançaria um rendimento de, no máximo, o teto do seguro-desemprego, no valor de R\$ 1.813,03. Relatada pelo deputado Orlando Silva, este propôs que se garantisse a integralidade do salário para os trabalhadores que ganhassem até três salários mínimos, que abarcaria um universo de 89% dos trabalhadores com carteira assinada. E seria suplementado pelo Tesouro. Essa proposta foi derrotada no Congresso.

Mas, dada a gravidade da crise, não basta garantir uma renda para os trabalhadores poderem permanecer em casa. Seria necessário garantir condições para evitar uma quebra das empresas, particularmente as micros, pequenas e médias, para que pudessem continuar minimamente funcionando e poderem ser reativadas após passada a pandemia. Por meio da medida provisória 944, o governo colocou à disposição dessas empresas mais vulneráveis, dentro do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, R\$ 40 bilhões para cobrir a folha de salário, por meio do sistema bancário e com garantia de 85% pelo governo. Mas não passou de mais uma *fake news*. Até o dia 25 de maio, tão só R\$ 1,96 bilhão foi desembolsado. A atitude que viria equacionar o problema dessas empresas seria a adoção de medidas tais como a moratória das

---

## A INJEÇÃO DE DINHEIRO PARA GARANTIR QUE AS PESSOAS FIQUEM EM CASA – SALVAR VIDAS, – E PARA EVITAR QUE AS EMPRESAS QUEBREM, MANTÉM A ECONOMIA MINIMAMENTE FUNCIONANDO E PREPARADA PARA RETOMAR O CRESCIMENTO TÃO LOGO PASSE O EFEITO DA PANDEMIA.

---

suas dívidas junto aos bancos, a isenção/parcelamento de impostos, a utilização de bancos públicos para aportar os créditos a juro zero e o apoio direto do Tesouro.

Quem tem estado na linha de frente para proteger a população do coronavírus são os estados e municípios, mas, com a paralisação da economia, sua arrecadação caiu brutalmente, diminuindo sua capacidade de atender à população. Como estão impossibilitados de contrair dívidas e emitir moeda, caberia um socorro por parte do governo central. Depois de muito regatear, o governo federal, além de garantir a suspensão do pagamento de dívidas junto à União, à Caixa Econômica e ao BNDES (em montante estimado em R\$ 49 bilhões) e de prometer a renegociação de dívidas com organismos internacionais que tenham aval da União (da ordem de R\$ 10,6 bilhões), mandou uma medida provisória para o Congresso, em valor totalmente insuficiente, da ordem de R\$ 40 bilhões, que a Câmara aumentou para R\$ 80 bilhões, destinados a compensar a perda de arrecadação por esses entes federados. Depois de muita pressão por parte do governo, o Senado baixou o valor para R\$ 60 bilhões.

Mas três meses depois de iniciada a pandemia, esses recursos, mesmo que insuficientes (para se ter uma ideia, foram designados R\$ 23 bilhões para os municípios, mas só os com população acima de 500 mil terão perda de arrecadação estimada de R\$ 23,4 bilhões), ainda não haviam sido liberados. A promessa da área econômica é para começar a pagar neste mês. Não bastasse a procrastinação, o governo Bolsonaro, segundo avaliam os governadores, dá com uma mão e tira com a outra. Isso porque, além de vetar na lei um dispositivo que previa a proibição de o Tesouro Nacional executar as garantias e contragarantias de dívidas estaduais e municipais, o que, na prática, inviabiliza a renegociação de dívidas com organismos internacionais que tenham aval da União, o governo exige dos entes federados, para

liberar os recursos aprovados pelo Congresso, declarações de renúncia de ações contra a União após o dia 20 de março que tenham como fundamento a pandemia.

Não fosse a existência do SUS, as dificuldades da população para enfrentar a doença do covid-19, provocada pelo coronavírus, teriam sido muito maiores e teria morrido muito mais gente. Mas o SUS vem sendo sistematicamente sucateado pela redução das verbas destinadas à saúde, além de crescentemente gerido por estruturas privadas, as chamadas OS. Além disso, foi desmontado o complexo industrial da saúde que garantia o fornecimento nacional de medicamentos; os fármacos são, em grande medida, importados. Assim, além de recompor as verbas e a gestão pública do SUS, deveria aproveitar-se a crise para reconstituir o complexo industrial da saúde como primeiro passo para promover a reindustrialização e a reconversão industrial do país. Para isso, urge criar um fundo de fomento destinado a: 1) desenvolvimento tecnológico e inovação em institutos de pesquisa para substituir importações de insumos/fármacos; 2) fortalecer empresas nacionais com integração de centros de P&D/empresas.

Mas não basta tomar medidas emergenciais. Durante a vigência dessas medidas, já se deveria começar a implementação de um programa destinado à retomada do crescimento da economia, ou seja, começar a tomar medidas que garantam a retomada do crescimento tão logo termine a pandemia. Para isso, priorizar: 1) reindustrialização com fortalecimento do mercado interno combatendo a desigualdade; 2) infraestrutura, sobretudo a urbana: moradia, transporte, saneamento. E o investimento público, imprescindível para a adoção do programa emergencial, deverá mais uma vez ser chamado para alavancar o desenvolvimento. O papel do Estado torna-se mais fundamental do que antes devido à gravidade dessa crise.

O ministro Guedes ameaça sistematicamente com a falta de recursos para bancar as medidas emergenciais. Segundo ele, “o dinheiro não cai do céu”. Mas não regateou em aportar aos bancos R\$ 1,2 trilhão logo no começo da crise, que, segundo o próprio ministro da Economia, permaneceu empoçado. Além do envio de PEC ao Congresso que permitia a compra pelo BC de títulos podres dos bancos. Para o conjunto das medidas aprovadas, excluindo esse aporte aos bancos, estima-se um montante de recursos da ordem de R\$ 450 bilhões, cerca de 6,5% do PIB – registre-se que mundo afora têm-se destinados recursos que variam de 10 a 20% do PIB.

Recursos para financiar um programa mais arrojado há, e mais do que suficientes. É possível descobrir onde estão desde que não se tenha a cabeça inteiramente alugada aos banqueiros. Só no caixa central do Tesouro, havia disponível no começo da crise R\$ 1,350 trilhão para distintas finalidades, dentre elas pagar juros aos bancos, todas flexibilizadas por medida do STF e pela PEC da Calamidade Pública. Além disso, pode-se economizar bastante se se adotar uma prática que vem sendo implementada na maioria dos países: o BC praticar juro nominal zero. Mais ainda, em lugar de privatizar a Casa da Moeda, como ameaça Guedes, pôr a maquininha para rodar e emitir

moeda. Como é o BC que administra a emissão de moeda e é o Tesouro que banca as despesas públicas, o BC teria que comprar títulos do Tesouro. Como essa operação está vedada por norma constitucional, teria que ser aprovada uma PEC para viabilizá-la. Aumenta a dívida? Na prática não. É como se fosse uma dívida do marido com a mulher. Fica tudo em casa. É inflacionário? Não num momento em que a economia está em crise e com enorme capacidade ociosa, como está a economia brasileira na atualidade. Por fim, realizar uma reforma tributária progressiva que taxe fortemente grandes fortunas, distribuição de lucros e dividendos, remessa de lucros e dividendos, superlucro dos monopólios, renda da terra apropriada pelo agronegócio.

Mas, agora, no apagar das luzes deste artigo, a pergunta crucial: o governo Bolsonaro dá conta de implementar um programa dessa natureza? Este é um programa mínimo que visa salvar a vida das pessoas e salvar as empresas para que a economia volte a crescer tão logo termine a pandemia. Pelo andar da carruagem, esse presidente, sem qualquer empatia pelas pessoas, tem demonstrado não ter o mínimo compromisso com a vida das pessoas nem com a economia nacional. Perdeu uma boa oportunidade de fazer alguma coisa de útil quando deixou o ministro Guedes torpedear o esboço de projeto apresentado pelo ministro Braga Neto. O que ele quer é bagunçar o coreto a fim de engendrar um clima caótico que lhe possibilite dar o bote. Por isso, vem torpedeando, além das medidas sanitárias, até o *minimum minimorum* das medidas econômicas emergenciais aprovadas até agora. Pois, serpente que é, pretende implantar uma ditadura fascista no país. Ele já revelou nestes 18 meses de governo que não se coaduna minimamente com um regime de liberdades democráticas. Assim, a defesa da vida, da democracia e da economia nacional implica defenestrar esse fascista que ocupa temporariamente o palácio do Planalto.

---

O MINISTRO GUEDES AMEAÇA SISTEMATICAMENTE COM A FALTA DE RECURSOS PARA BANCAR AS MEDIDAS EMERGENCIAIS. MAS NÃO REGATEOU EM APORTAR AOS BANCOS R\$ 1,2 TRILHÃO LOGO NO COMEÇO DA CRISE, QUE, SEGUNDO O PRÓPRIO MINISTRO DA ECONOMIA, PERMANECEU EMPOÇADO.

---